

DIVIDENDO DEMOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Carlos Arnaldo e Rogers Hansine

INTRODUÇÃO

A população de Moçambique tem vindo a experimentar um ritmo de crescimento acelerado no último meio século. O último censo da população, realizado em 2007, registou uma população de 20,6 milhões de habitantes, e os dados das projecções indicam uma população de 25 milhões em 2014 (INE, 2010). Nos próximos anos, a população continuará a crescer a uma taxa média anual superior a 2%, podendo atingir cerca de 50 milhões de habitantes por volta de 2040 (INE, 2010; United Nations, 2013). Este crescimento, fruto da dinâmica das suas principais componentes (natalidade, mortalidade e migração), poderá ser acompanhado por transformações na estrutura etária da população. Para explicar e analisar a dinâmica demográfica, os demógrafos criaram e desenvolveram as teorias de transição demográfica. De acordo com estas teorias, no processo da sua evolução, as sociedades passam de um regime de elevada natalidade e mortalidade para um outro em que ambas as taxas são baixas.

O processo de transição demográfica começa com o declínio da mortalidade, enquanto os níveis de fecundidade permanecem ainda elevados. Em consequência, o crescimento populacional é rápido, existindo uma maior proporção dos jovens (0-14 anos) em relação à proporção da população em idade de trabalhar (15-64 anos). Na sequência do declínio da mortalidade, a fecundidade também baixa, reduzindo o número anual de nascimentos. Com a fecundidade a diminuir e a esperança de vida a aumentar, dada a redução da mortalidade, e ignorando o efeito das migrações, ocorre uma redução significativa da proporção dos menores de 15 anos e um aumento da proporção da população dos 15-64 anos.

O aumento do peso da população em idade de trabalhar (15-64 anos) pode constituir uma janela de oportunidade para o crescimento económico, se grande parte da população, particularmente a economicamente activa, gozar de boa saúde, tiver acesso a formação e a um emprego decente, seguro e produtivo. Na ausência de um quadro político-institucional que assegure o acesso da população a cuidados de saúde e educação adequada e a sua absorção no mercado de trabalho, a população em idade de trabalhar pode ter um impacto significativamente fraco, ou mesmo negativo, no crescimento económico e no desenvolvimento humano e social dos países.

Por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise dos dados estatísticos sobre a dinâmica demográfica de Moçambique, este artigo analisa as perspectivas de um dividendo demográfico no País. O artigo procura investigar as oportunidades e os desafios associados às mudanças que poderão decorrer na estrutura da população e que podem configurar o dividendo demográfico, numa altura em que Moçambique inicia o seu processo de transição demográfica.

SOBRE O DIVIDENDO DEMOGRÁFICO

O dividendo demográfico é uma oportunidade de um crescimento económico robusto que pode resultar do rápido declínio da fecundidade e da conseqüente mudança na estrutura etária da população (Graff & Bremner, 2014). Por conseguinte, o conceito de dividendo demográfico pode ser a peça-chave para compreender a complexa relação entre população e desenvolvimento (Bloom *et al.*, 2013; Cuaresma, Lutz & Sanderson, 2014) e pode ser interpretado como o ganho económico que resulta directamente da mudança da estrutura etária, em consequência do processo da transição demográfica (Olsen, 2012). A noção de dividendo demográfico resultou da constatação de que, à medida que a transição demográfica toma lugar, a estrutura da população se modifica, passando de uma estrutura demográfica jovem em que prevalece uma elevada razão de dependência (relação entre a população em idade inactiva – menores de 15 anos e maiores de 65 anos – e a população em idade activa – 15-64 anos) para uma estrutura demográfica relativamente adulta e com baixa razão de dependência. Evidências empíricas demonstram que a queda da razão de dependência, resultante da transição demográfica, está positivamente correlacionada com o crescimento económico no contexto dos países do Sudeste da Ásia (Cleland, 2012).

Elucidando a ligação entre a baixa razão de dependência resultante das mudanças na estrutura etária e o crescimento económico, Bloom *et al.* (2007) defendem que o comportamento económico dos indivíduos é variável de acordo com o estágio etário; ou seja, as mudanças da estrutura etária de um país podem ter impactos no desempenho económico. Bloom *et al.* (2007) sustentam que um país com elevada proporção de menores de 15 anos tenderá a destinar a maior parte dos seus recursos para o cuidado destes menores, comprometendo o seu crescimento económico. O mesmo ocorre se a proporção da população com 65 ou mais anos de vida aumenta relativamente à população total, pois a razão de dependência também aumenta. Entretanto, se a maior parte da população for composta por população em idade activa, isto é, de 15-64 anos, a razão de dependência será baixa, e poderá esperar-se que a concentração de população em idade activa contribua significativa e positivamente para o crescimento económico.

Usando o modelo da transição demográfica de três fases, Eastwood & Lipton (2011: 13) explicam como a razão de dependência se vai alterando em cada uma das fases. Na primeira fase, a

razão de dependência cresce aceleradamente, dado que a mortalidade decresce e a natalidade vai diminuindo muito ligeiramente. Na segunda fase, a razão decresce rapidamente, dado que ambas as taxas, de mortalidade e de natalidade, baixam. Finalmente, na terceira fase, a razão de dependência volta a aumentar em virtude do sustentado declínio da natalidade e da mortalidade, que tem como consequência o aumento do peso relativo da população de 65 e mais anos de vida no tamanho da população.

O período entre a primeira e a terceira fases da transição, quando a razão de dependência decresce rapidamente, é o que se configura como uma janela de oportunidade que os países têm de poder usar os recursos disponíveis para incrementar de forma significativa o crescimento económico (Bloom *et al.*, 2013; Lee & Mason, 2006). Contudo, o dividendo demográfico só é possível quando os níveis de empregabilidade e produtividade da economia são mantidos em crescimento, de modo a que a crescente força de trabalho, devidamente escolarizada e gozando de bom estado de saúde, possa incrementar a sua contribuição para o crescimento da economia (Bloom *et al.*, 2007; Choi, 2013; Mason, 2007).

Todavia, Lee & Mason (2006) notam que na fase final da transição demográfica a razão de dependência volta a subir, devido ao aumento do peso relativo da população de 65 ou mais anos de vida, podendo originar um segundo dividendo demográfico como resultado das poupanças e dos investimentos em capital durável que foram feitos pela população que está a entrar na idade de reforma (Eastwood & Lipton, 2011; Lee & Mason, 2006).

Em suma, a literatura sugere que existem dois dividendos demográficos. O primeiro resulta de uma sustentada e continuada redução da taxa de fecundidade, ao mesmo tempo que a mortalidade diminui, tal como ocorreu no Sudeste Asiático; enquanto o segundo resulta do aumento da esperança de vida, o que possibilita que a população que entra na idade de reforma possa desfrutar dos investimentos feitos ao longo da sua vida economicamente activa (Ross, 2004). Para Pool (2007), os dois tipos de dividendo demográfico têm evidência empírica com base na história dos países desenvolvidos como o Japão (segundo dividendo) e na dos países de desenvolvimento médio como a Tailândia (primeiro dividendo). Argumenta-se que os dois dividendos tendem a ocorrer sequencialmente, sendo que o primeiro comporta um bónus transitório e o segundo transforma o bónus transitório em capital durável e sustentável (Lee & Mason, 2006).

DIVIDENDO DEMOGRÁFICO NA ÁFRICA SUBSARIANA

As possibilidades de a África Subsariana tirar proveito do dividendo demográfico têm gerado enorme interesse, particularmente pelo facto de esta região estar muito atrasada no que diz respeito à transição demográfica em relação ao resto do mundo e pela evidência de muitos dos seus países já terem iniciado a transição (Bloom & Williamson, 1998). O exemplo de alguns

países asiáticos na obtenção de ganhos económicos como resultado das mudanças na estrutura etária da população pode servir de inspiração para a África Subsariana. Está documentado que pelo menos 1% do crescimento do rendimento *per capita* dos países do Sudeste Asiático a partir das décadas de 1960 e 1970 resultou directamente da transição demográfica (Bloom *et al.*, 2013; Lee & Mason, 2006; Mason, 2007). Consequentemente, entre a comunidade académica e política, o debate sobre as possibilidades reais de os países da África Subsariana poderem vir a experimentar o dividendo tem vindo a intensificar-se.

Segundo Bloom *et al.* (2013), o facto de a África Subsariana partilhar os mesmos princípios económicos das outras partes do mundo abre fortes possibilidades de a transição demográfica em curso nesta região vir a produzir um bónus económico. Eastwood & Lipton (2011), por exemplo, estimam que a queda da razão de dependência de 94% para 86%, entre 1985 e 2005, acelerou o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* em 0,32% por ano e incrementou o consumo *per capita* em 0,12%. Contudo, chama-se a atenção para não se estabelecer um paralelismo entre o Sudeste Asiático e a África Subsariana no que diz respeito à materialização e à capitalização do dividendo demográfico. Por um lado, a velocidade do crescimento natural é maior na África Subsariana do que o que foi observado na Ásia; por outro lado, nesta fase inicial da transição demográfica, os níveis de poupanças na região da África Subsariana são muito baixos em comparação com os do Sudeste da Ásia no início da transição. Assim, estes aspectos sugerem que a materialização e a capitalização do dividendo demográfico na África Subsariana poderão ser diferentes na Ásia (Eastwood & Lipton, 2011).

Entretanto, do ponto de vista demográfico, a transição e a consequente tendência da queda da razão de dependência afiguram-se bastante realísticas na vasta maioria dos países da África Subsariana nas próximas duas décadas. Contudo, a capitalização destas mudanças demográficas a favor do crescimento económico não acontece automaticamente, ela dependerá de um maciço e sistemático investimento no capital humano e de reformas político-económicas e institucionais. Mason (2007) e Lee & Mason (2006) referem que, tal como sucedeu na América Latina e nos países da África do Norte, onde as quedas de razão de dependência em consequência da transição demográfica não se traduziram num dividendo demográfico, é plausível que o mesmo suceda na África Subsariana. Os ganhos económicos que podem resultar de uma estrutura demográfica favorável não têm lugar automaticamente, eles dependem fundamentalmente de investimento no capital humano e no quadro político-institucional de cada país (Cleland, 2012).

Segundo Choi (2013), não é claro o que é que os países da região da África Subsariana aprenderam com o Sudeste Asiático, a América Latina e a África do Norte no que concerne à necessidade de investimento no capital humano e na criação de um quadro económico e político-institucional favorável para materializar e capitalizar o dividendo demográfico. Por conseguinte, é importante que, em primeiro lugar, os países da África Subsariana avaliem, individualmente, o seu progresso no que diz respeito à transição demográfica, de modo a

determinar os passos económicos e políticos, assim como os arranjos institucionais necessários para materializar e capitalizar o dividendo demográfico (Bloom *et al.*, 2007).

Avaliando a realização do dividendo demográfico e a sua eventual magnitude na África Subsariana, Eastwood & Lipton (2011) notam que, antes de mais, é preciso ter em conta a diversidade dos países desta região no que diz respeito às fases em que cada um deles está no processo de transição demográfica. Além disso, em cada país prevalecem desigualdades na transição demográfica entre os espaços urbanos e os rurais, sendo que estes estão mais atrasados do que aqueles. A nível da África Subsariana, os indicadores demográficos mostram que o pico do crescimento natural e o da razão de dependência foram atingidos em 1980 e 1985, respectivamente (Choi, 2013). A altura em que se atinge o pico do crescimento natural e o da razão de dependência constitui um indicativo da abertura da janela de incrementar o investimento de avanço para materializar e capitalizar o dividendo; na sequência do pico da razão de dependência, a janela de investimento de avanço começa a decrescer e, quando a razão de dependência atinge aproximadamente 60%, abre-se a janela de baixa razão de dependência, que é o segundo e decisivo momento de investimento para materializar e capitalizar o investimento de avanço efectuado (Choi, 2013). É importante realçar que o volume e a natureza dos investimentos, quer de avanço quer de materialização e capitalização do dividendo, variam de país para país, consoante diversos factores de natureza demográfica, económica e política. Acima de tudo, a materialização do dividendo demográfico depende de um investimento contínuo no capital humano. Concluindo, na sua análise, Choi (2013) sugere que, a nível da África Subsariana, os países da África Austral foram os primeiros a ter a janela de investimento inicial aberta por volta de 1978. Para os países da África Oriental, em que Moçambique se inclui, a janela de investimento inicial teve início em 1984. Porém, para os países da África Ocidental e Central, a janela de investimento inicial é relativamente tardia, situando-se em torno do ano 2000. Estas divergências devem-se aos diversos estágios que cada país atravessa no que diz respeito à transição demográfica. De facto, o início e o avanço sustentável do processo de transição demográfica constituem condição necessária, mas insuficiente, para efectivamente materializar e capitalizar o dividendo demográfico.

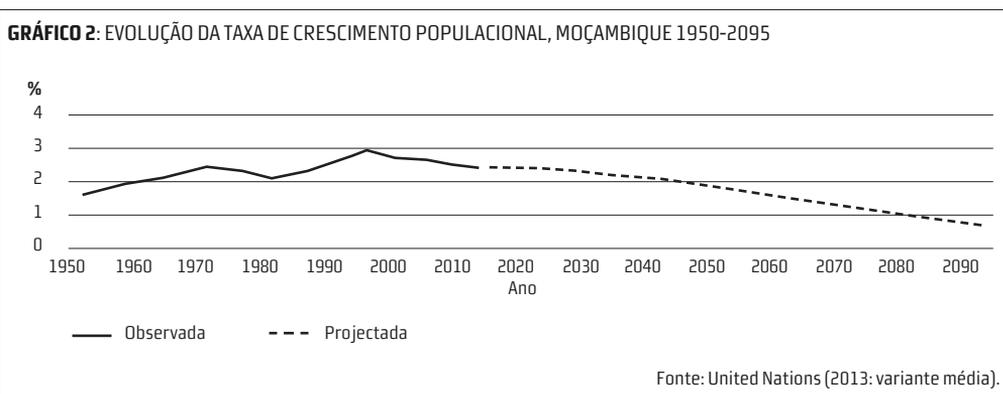
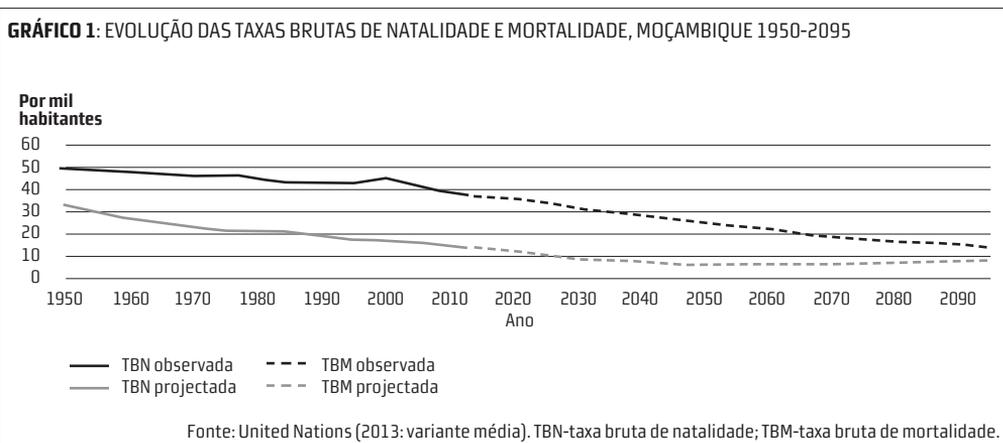
PERSPECTIVAS DE UM DIVIDENDO DEMOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE

A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Como referido nas secções anteriores, o dividendo demográfico decorre da transição demográfica, embora a sua materialização e capitalização dependam das opções político-económicas de cada país. Deste modo, as possibilidades de Moçambique poder experimentar o dividendo

demográfico têm de ser vistas nesta perspectiva. A literatura sobre a dinâmica demográfica em Moçambique sugere que o País está entre o grupo dos países da África Subsariana cujo processo de transição demográfica está nos estágios iniciais, caracterizados por níveis de fecundidade elevados e mortalidade em declínio, apesar de a níveis ainda elevados (Arnaldo, 2013; Francisco, 2011; Shapiro & Gebreselassie, 2009) (Gráfico 1).

Em Moçambique, em consequência do declínio progressivo da mortalidade adulta, e sobretudo da mortalidade infantil, e da manutenção do nível de fecundidade, nos últimos cinquenta anos, a população tem estado a aumentar e, de acordo com as projecções para os próximos anos, a população continuará a crescer a uma taxa média anual de pelo menos 2% até 2050 (Gráfico 2). A taxa de mortalidade infantil reduziu de 231 óbitos por mil nascimentos, em 1950, para 64 por mil em 2011 (Gaspar, 2002; INE, 2010; INE & Misau, 2013); a esperança de vida ao nascer aumentou em cerca de 67%, passando de 35 anos, em 1950, para 51 anos, em 2007 (Arnaldo & Muanamoha, 2013).



Em contrapartida, a taxa global de fecundidade (TGF) tem sofrido poucas alterações nos últimos cinquenta anos. Ela diminuiu lentamente de cerca de 7,1 filhos por mulher, em 1950, para 5,7 filhos, em 2007, e sofreu um ligeiro aumento para 5,9 filhos em 2011 (Gaspar, 2002; INE, 2010; INE e Misau, 2013). Como a contribuição da migração para o crescimento populacional em Moçambique é relativamente baixa (Arnaldo & Muanamoha, 2013), a fecundidade tem sido a variável demográfica chave na dinâmica demográfica moçambicana. Uma análise da dinâmica demográfica de vários países da África Subsariana, com base nos dados das Nações Unidas, colocou Moçambique entre os dez países onde a fecundidade tem maior contribuição absoluta no crescimento populacional (Andreev, Kantorová & Bongaarts, 2013). As altas taxas de analfabetismo, sobretudo das mulheres, o início precoce da actividade sexual (e consequente casamento precoce) e o pouco ou nenhum uso de métodos de planeamento familiar, tanto dentro como fora das uniões, estão entre os principais factores que contribuem para a manutenção de níveis elevados de fecundidade (Arnaldo, 2013).

O nível de educação, sobretudo da mulher, é um dos principais determinantes da fecundidade, ao retardar o casamento e o início da procriação e ao aumentar o uso de contraceptivos. A taxa de analfabetismo diminuiu de 93%, em 1975, quando o País alcançou a independência, para 50,3%, em 2007, com importantes diferenças por sexo: em 2007, a taxa de analfabetismo dos homens foi de 35%, e a das mulheres, 64% (INE, 2000, 2013b).

A idade mediana do início da actividade sexual nas mulheres é de 16 anos, e a do início da procriação, 19 anos (INE e Misau, 2013). Cerca de metade das mulheres dos 15 aos 19 anos está em união, e a idade média quando da primeira união aumentou em apenas um ano, ou 6%, passando de 17,5 anos, em 1980, para 18,6 anos, em 2007. Como resultado da pouca alteração verificada na idade na primeira união, as mulheres iniciam a procriação muito cedo: segundo os dados dos três IDS (*Inquérito Demográfico e de Saúde*) (1997, 2003 e 2011), 40% das mulheres de 15-19 anos estão grávidas ou são mães, e entre as mulheres dos 18 aos 24 anos, cerca de 10% já são mães aos 15 anos, e 56%, aos 18 (Arnaldo *et al.*, 2011; INE & Misau, 2013).

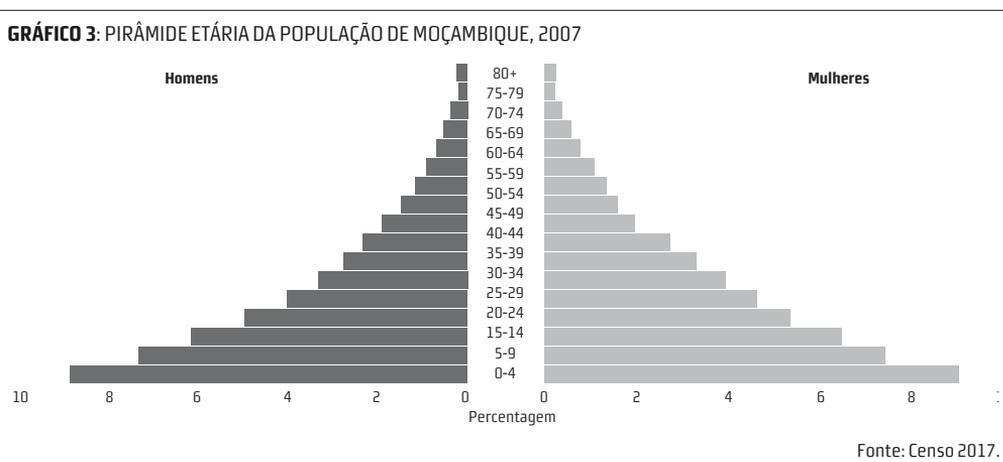
O uso de métodos de planeamento familiar é muito baixo. De acordo com o IDS 2011, apenas 11,3% (7,4% nas áreas rurais e 21,1% nas urbanas) das mulheres em Moçambique usam algum método moderno de planeamento familiar, e 29% têm demanda não satisfeita de contracepção, isto é, um terço das mulheres sexualmente activas, que não estão a amamentar nem em amenorreia pós-parto e que não pretendem ter filhos ou outro filho num futuro próximo não está a usar qualquer método para evitar a gravidez (INE & Misau, 2013).

Tendo em conta que a transição demográfica é a condição necessária, embora insuficiente, para a materialização e capitalização dos prospectos do dividendo demográfico, é importante reter que no modelo de transição demográfica a fecundidade geralmente decresce após significativo declínio da mortalidade. Assim, no contexto moçambicano, não pode excluir-se a possibilidade de a elevada fecundidade estar também associada aos ainda elevados níveis de mortalidade.

Pelo facto de estar no estágio inicial da transição demográfica, Moçambique tem potencial apreciável para materializar e capitalizar o dividendo no futuro.

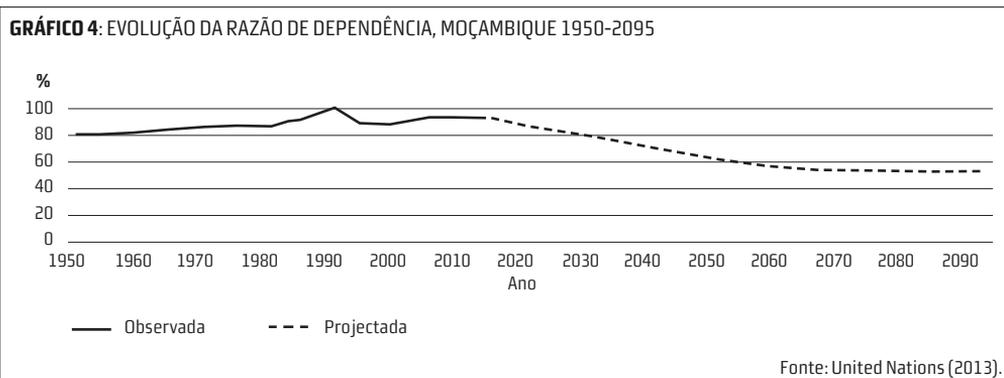
AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA ETÁRIA E A POSSIBILIDADE DE DIVIDENDO

A estrutura etária da população moçambicana é jovem (Gráfico 3). Caracteriza-se por uma base larga devido à elevada proporção da população jovem e a um achatamento no topo, resultante de uma menor proporção da população idosa. Nos últimos cinquenta anos, esta estrutura conheceu alterações ligeiras, em consequência das dinâmicas demográficas que se observaram. No entanto, as projecções dos indicadores demográficos sugerem que as mudanças na estrutura etária poderão ser mais pronunciadas num futuro próximo. Para Bloom *et al.* (2007), Moçambique é um dos países que, com base na projecção demográfica e actual base institucional, têm potencial para beneficiar do primeiro dividendo demográfico nos próximos vinte anos.



Porém, a materialização e a capitalização deste primeiro dividendo demográfico dependerão, necessariamente, de investimento no planeamento familiar, na educação e no aumento da sobrevivência das crianças, para acelerar o declínio da fecundidade, e de um quadro político-institucional favorável que crie condições para capitalizar o dividendo (Graff & Bremner, 2014). Na análise de Choi (2013) sobre os prospectos do dividendo demográfico em alguns países da África Subariana, incluindo Moçambique, sugere-se que a janela de investimento inicial para capitalizar o primeiro dividendo demográfico em Moçambique ter-se-á iniciado em 1984. Contudo, Choi (2013) enfatiza que Moçambique pertence ao grupo dos países africanos entre os quais se prevê que a transição demográfica se arraste até por volta do ano 2050. Assim, sugere-se que 1994 poderá ter sido o ano ideal para o início de incremento do investimento nas áreas da educação e da saúde. Em virtude deste atraso na transição demográfica, só por volta do ano 2050 a razão de dependência atingirá níveis relativamente baixos, rondando os 60% (Gráfico 4).

Assumindo que a transição demográfica não irá experimentar atrasos maiores ou estagnação, Moçambique poderá entrar na janela do primeiro dividendo demográfico por volta de 2050. É importante, neste ponto, referir que o primeiro dividendo demográfico, o resultante da redução da razão de dependência em virtude do início e do avanço da transição demográfica, tem carácter transitório. Deste modo, Choi (2013) estima que a janela de oportunidade para Moçambique materializar e capitalizar o primeiro dividendo dure aproximadamente cinquenta anos, abrindo-se por volta de 2050 e fechando-se por volta 2100.

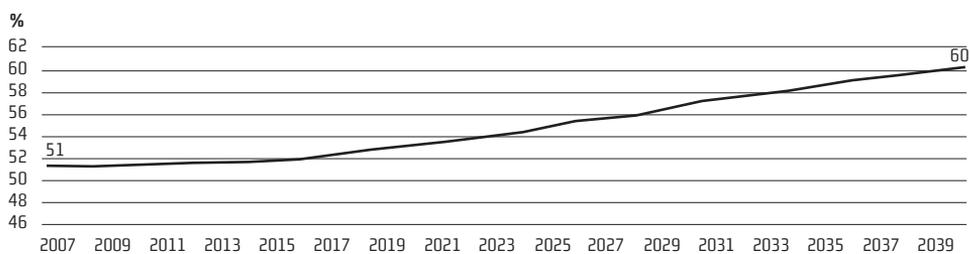


Análises sobre os efeitos económicos positivos do primeiro dividendo demográfico para países como Moçambique indicam que tanto a redução da fecundidade como a redução da razão de dependência podem ter impactos extremamente positivos sobre o crescimento económico. A combinação do crescimento populacional com o aumento da população economicamente activa capta a forma como a mudança da estrutura etária da população poderá impulsionar o crescimento económico. Contrariamente à taxa de crescimento populacional, cujo efeito no crescimento do rendimento *per capita* é geralmente negativo, a taxa de crescimento da população economicamente activa tende a ter um efeito positivo (Bloom, Canning & Sevilla, 2003). Em Moçambique, embora em termos relativos e devido à manutenção de níveis elevados de fecundidade, o peso da população em idade de trabalhar tem-se mantido por volta dos 50% (Gráfico 5); em termos absolutos, esta população triplicou nos últimos cinquenta anos, passando de 3,5 milhões, em 1950, para 12,3 milhões, em 2010 (United Nations, 2013). As projecções para os próximos anos indicam que esta população continuará a crescer a um ritmo elevado, podendo atingir cerca de 30 milhões em 2040 (Gráfico 6). Com a projectada diminuição da fecundidade nos próximos anos, o peso da população em idade activa na população total irá aumentar em comparação com o peso da população dependente. Com efeito, a razão entre estes dois segmentos populacionais passará de um em 2010 para cerca de dois por volta de 2090 (Gráfico 7).

O aumento absoluto deste segmento populacional nos próximos anos irá criar uma considerável pressão sobre a capacidade da economia em absorver toda a demanda por emprego,

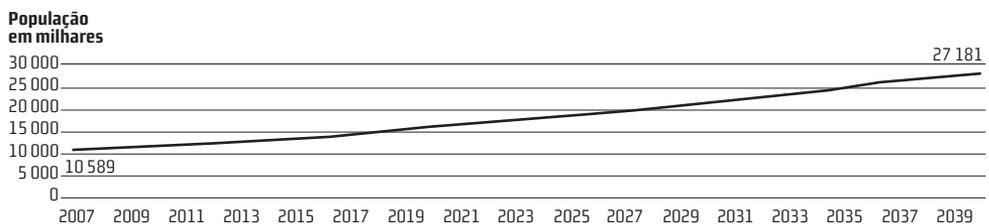
sobretudo o primeiro emprego. Arnaldo & Muanamoha (2013), baseando-se nas taxas de desemprego total e por idade e sexo do Inquérito Integrado à Força de Trabalho de 2004/05 e nas taxas de actividades registadas pelo Censo de 2007, estimaram que, em média, seriam necessários, anualmente, cerca de 300 mil novos postos de trabalho para absorver a demanda por novos empregos como consequência do crescimento da população economicamente activa. Tendo em conta o aumento das taxas de desemprego¹, de acordo com os resultados do Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares (INCAF, 2012) (INE, 2013a), a demanda anual por novos postos de trabalho pode ter aumentado consideravelmente.

GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO PESO DA POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA, MOÇAMBIQUE 2007-2040



Fonte: United Nations (2013).

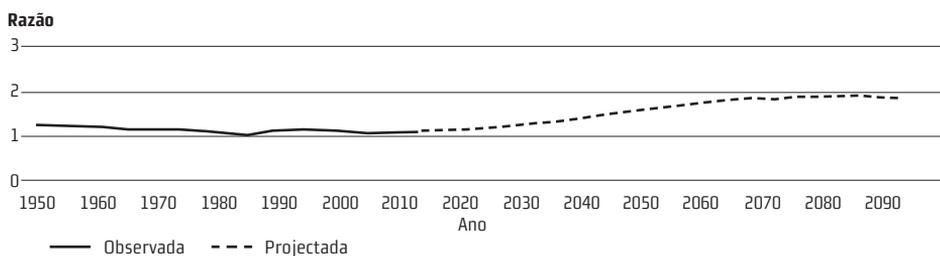
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA, MOÇAMBIQUE 2007-2040



Fonte: United Nations (2013).

¹ As taxas de desemprego estimadas pelo INCAF 2012 são de 19,9% para os homens e 24,6% para as mulheres, contra 14,7% e 21,7%, respectivamente, estimados pelo IFTRAB 2004/05.

GRÁFICO 7: RAZÃO POPULAÇÃO EM IDADE ACTIVA POR DEPENDENTE



Fonte: United Nations (2013).

Na análise demográfica, a mera redução da fecundidade pode ter múltiplos efeitos positivos na melhoria do bem-estar dos agregados familiares em Moçambique: a redução da fecundidade tem efeito na redução do tamanho do agregado familiar, e famílias menores tendem a escapar da pobreza mais facilmente e a alcançar elevados níveis de escolarização; a redução da fecundidade pode aumentar a participação da mulher na força de trabalho e, portanto, elevar os níveis de produção e/ou produtividade da economia (Cleland, 2012). Entretanto, os canais e mecanismos pelos quais as mudanças demográficas em Moçambique poderão traduzir-se em crescimento económico e bem-estar social precisam de ser criados de forma consciente.

DESAFIOS PARA ALCANÇAR O DIVIDENDO DEMOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE

O dividendo demográfico é uma oportunidade transitória e ímpar criada pela transição demográfica, porém a materialização e a capitalização deste bônus transitório dependem estritamente de como cada país antecipadamente orienta as suas políticas sociais e económicas e mobiliza recursos para tirar proveito desse momento ímpar da dinâmica da sua população (Eastwood & Lipton, 2011). Em primeiro lugar, como defende Cleland (2012), é imperioso que um país ainda atrasado no processo de transição demográfica como Moçambique acelere a transição demográfica e, ao mesmo tempo, invista maciçamente na educação e na saúde, de modo a assegurar que o País esteja provido de um capital humano com potencial altamente produtivo. Necessariamente, estes investimentos deverão ser complementados com a criação de um quadro institucional que favoreça a criação de postos de trabalho decentes e seguros para acolher a abundante e devidamente qualificada força de trabalho.

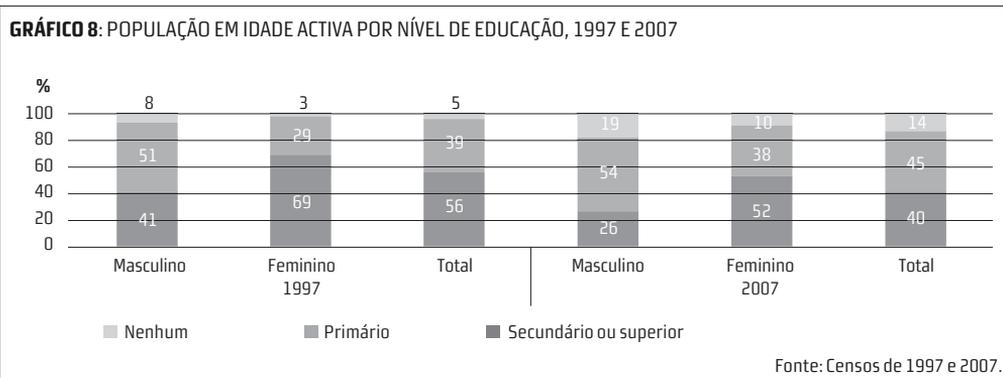
A alteração da estrutura etária como resultado da redução substancial da fecundidade tem o condão de produzir ganhos económicos. Porém, a evidência sugere que a magnitude dos ganhos económicos resultantes da transição demográfica tende a ser tanto mais estrutural e

sustentável quanto mais rápido for o declínio da fecundidade. Com uma arrastada ou lenta redução da fecundidade, os ganhos socioeconómicos podem revelar-se insignificantes no crescimento e desenvolvimento económico e social. Ou seja, quanto mais rápido for o declínio da fecundidade, maior pode ser a magnitude dos ganhos do dividendo demográfico, em virtude do aumento da concentração da população em idade economicamente activa e da rápida descida da razão de dependência.

Isto explica-se pelo facto de a rápida redução da fecundidade conduzir ao aumento rápido do rácio da população economicamente activa sobre a população economicamente não activa; se o declínio da fecundidade for relativamente arrastado ou muito lento, o rácio da população economicamente activa sobre a população economicamente não activa estará sujeito a alterações ligeiras que poderão durar algumas décadas. Assim, o peso de uma estrutura da população denominada dependente continuará a fazer sentir os seus efeitos na economia por muito tempo. Deste modo, com uma transição demográfica lenta, o bónus demográfico pode ser insignificante no processo de crescimento económico e desenvolvimento social. No que concerne ao desafio da redução da fecundidade como um processo incontornável para capitalizar o dividendo demográfico, é da maior importância notar que a capitalização significativa do dividendo demográfico não dependerá somente da redução sustentável da fecundidade, mas sobretudo de uma acelerada redução da fecundidade.

Assim, sendo Moçambique um país onde a transição demográfica se caracteriza por ser ainda incipiente, ao desafio de redução da fecundidade de forma sustentável agrega-se o desafio de acelerar a redução da fecundidade, de modo a capitalizar o dividendo demográfico. Contudo, as transformações demográficas, nomeadamente a redução sustentável e acelerada da fecundidade, isoladamente não serão jamais susceptíveis de produzir o dividendo ou o bónus demográfico. De acordo com Wazir, Goujon, & Lutz (2013), para maximizar o dividendo demográfico, é fundamental uma adequada educação da força de trabalho que seja produzida pela dinâmica demográfica. A magnitude e a natureza da participação da força de trabalho no sector económico estão fundamentalmente dependentes da sua preparação intelectual e profissional, bem como do seu estado de saúde físico e mental. Por um lado, a necessidade de gerar uma força de trabalho devidamente treinada é crucial para o crescimento económico, sobretudo porque a formação está relacionada com a habilidade de absorver e usar novas tecnologias. Por outro lado, atendendo a que a força de trabalho constitui o capital humano de que qualquer sistema económico necessita, uma força de trabalho devidamente qualificada pode constituir capital humano qualificado e mais apto para impulsionar o sistema económico. É assim que, analisando a relevância da educação da força de trabalho nos prospectos do dividendo, Cuaresma, Lutz & Sanderson (2014) concluem que a educação é de tal modo preponderante que, factualmente, o dividendo demográfico pode ser considerado na essência um dividendo educacional.

No caso de Moçambique, constata-se que parte substancial da força de trabalho não tem formação; dados estatísticos do Censo de 2007 são consistentes com esta conjectura e estatuem que cerca de 40% da população em idade activa não tinha nenhum nível de ensino, e apenas 15% tinha um nível acima do primário (Gráfico 8). Deste modo, no que diz respeito à materialização e capitalização do primeiro dividendo demográfico, a constituição de uma força de trabalho com formação relevante constitui, indubitavelmente, um dos mais sérios desafios para Moçambique.



Na eventualidade de a futura força de trabalho moçambicana ter acesso a formação académica e a preparação profissional relevante e com qualidade, ela irá exercer uma pressão transcendental sobre a capacidade dos recursos da economia em absorvê-la no mercado laboral. O ritmo do aumento da demanda por postos laborais poderá superar largamente a oferta se se mantiverem inalteradas as características estruturais da economia moçambicana. Haverá uma grande necessidade de providenciar postos de trabalho seguros, decentes e, sobretudo, produtivos, para o capital humano acumulado poder efectivamente produzir o bônus demográfico esperado. Cleland (2012) sugere que, num contexto em que a maioria da população economicamente activa esteja concentrada no sector informal, a intensificação da agricultura de pequena escala e o agro-processamento são vias importantes para aplicar a capacidade produtiva da força do capital humano acumulado com a transição demográfica.

Ainda segundo Cleland (2012), o rápido crescimento urbano em curso nos países da África Sub-sariana, acompanhado pelo florescimento de uma indústria ligeira de mão-de-obra intensiva, pode ser outra alternativa para capitalizar o capital humano e toda a sua capacidade produtiva. Porém, independentemente das transformações estruturais que a economia moçambicana possa experimentar, a criação de postos de trabalho para absorver o capital humano acumulado e em expansão poderá resultar de opções estratégicas do ponto de vista político-social.

Olsen (2012) refere que, tendo em conta que a economia da vasta maioria dos países da África Sub-sariana é de base maioritariamente informal, a criação de postos de emprego produtivos e

decentes para um crescente número de jovens com educação formal e propensos a migrar pode não ser atingida com políticas a nível interno de cada país e isoladamente. Esta autora considera crucial adoptar perspectivas regionais que incrementem a flexibilidade e a mobilidade de circulação de mão-de-obra, isto é, facilitar a migração de trabalhadores com qualificação, de modo a equilibrar a procura e a oferta de mão-de-obra ao nível do mercado laboral regional.

Finalmente, Cleland (2012: 12) enfatiza que nem o primeiro nem o segundo dividendos demográficos são uma garantia de melhoria do padrão de vida de qualquer sociedade; os efeitos duradouros dos dividendos sobre o bem-estar da sociedade dependem sobretudo das políticas sociais que forem adoptadas e implementadas de forma escrupulosa; por seu turno, Pool (2007: 34) chama a atenção para o facto de que, nos países pobres cujo potencial do primeiro dividendo demográfico é significativo, a materialização e a capitalização deste primeiro dividendo dependerão de como estes países fizerem a gestão dos seus constrangimentos económicos situacionais. Pool (2007) realça, por exemplo, que, embora um *boom* mineral possa mudar a sorte dos países instantaneamente no que diz respeito à *performance* económica, os efeitos benéficos da mudança da estrutura demográfica sobre o crescimento económico devem ser cuidadosamente planificados. Esta hipótese é consistente com Mkandawire (2004), quando afirma que os mecanismos pelos quais os progressos económicos podem converter-se em bem-estar social e humano são as políticas sociais de cada país.

CONCLUSÃO

A população de Moçambique vai continuar a crescer a um ritmo elevado, pelo menos no futuro próximo. Mesmo considerando a variante mais optimista no que se refere à redução do nível de fecundidade, a população de Moçambique aumentará significativamente dos cerca de 25 milhões actuais para 45 milhões em 2040 e 75 milhões em 2100 (United Nations, 2013). Em 2007, a taxa de crescimento populacional foi de 2,5%, e é provável que se mantenha acima de 2% até ao ano 2050.

Com esta dinâmica de população projectada para Moçambique nos próximos anos, a proporção da população em idade activa irá aumentar de 51%, em 2007, para cerca de 60%, em 2040. O quanto este aumento poderá ser vantajoso para o crescimento económico e bem-estar social, devido ao aumento da população em idade activa e conseqüente diminuição da razão de dependência, dependerá largamente de políticas adequadas nas áreas de educação, saúde e emprego, que deverão ser adoptadas para garantir uma formação adequada da força de trabalho e a sua integração no processo produtivo do País.

Moçambique deve procurar avançar no processo de transição demográfica. Para tal, é necessário que se crie um quadro político e institucional adequado para promover a melhoria das condições de saúde da população, contribuindo significativamente para a redução da mortalidade, sobre-

tudo na infância. Esta redução sustentada da mortalidade, acompanhada por um reforço do programa de planeamento familiar que possibilite às mulheres, aos homens e aos casais o acesso aos meios e serviços para exercerem os seus direitos reprodutivos, irá acelerar a redução da fecundidade através da diminuição das gravidezes indesejadas e da maternidade precoce.

Entretanto, o início e o avanço da transição demográfica não se traduzem automaticamente em dividendo demográfico. A literatura sugere que o investimento no desenvolvimento do capital humano é fundamental para assegurar que a cada vez maior força de trabalho, resultante da redução da razão de dependência, seja adequadamente formada e capacitada para garantir a sua participação efectiva no mercado de trabalho (Bongaarts, Mir & Mahmood, 2013). Um aspecto crucial na relação entre a formação do capital humano e o dividendo demográfico é o investimento na educação da rapariga. Melhorar o estatuto da mulher na família e na comunidade, e permitir-lhe tirar proveito das oportunidades de emprego, tem impactos profundos. Além do previsto, na redução da fecundidade, pode esperar-se uma contribuição maior da força de trabalho feminina no sector laboral.

Finalmente, os prospectos da materialização e da capitalização do dividendo demográfico em Moçambique dependerão da criação de oportunidades de trabalho decente, seguro e produtivo, para responder a uma demanda cada vez maior relacionada com o aumento rápido da força de trabalho, sobretudo de jovens com formação académica e/ou profissional. Num contexto em que o País está a experimentar um *boom* de recursos minerais, os desafios de providenciar ocupação profissional a jovens recém-formados e as políticas de formação profissional estão relacionados.

Um dos maiores desafios do ponto de vista político é articular e promover o equilíbrio necessário entre a tendência do incremento da produtividade económica, que se baseará no complexo extractivo mineral/energético ou dos hidrocarbonetos (sector extractivo), e as tendências de mobilidade populacional de jovens das áreas rurais/agrícolas para os centros urbanos, onde a actividade produtiva dominante é do sector terciário (serviços). A tendência da mobilidade da população das áreas rurais para as áreas urbanas, acompanhando uma hipotética tendência de empregabilidade, porém de baixa produtividade (informal), tem propensão para colidir com a tendência da produtividade da economia, que parece orientar-se para o sector mineral-energético fora dos centros urbanos. Este desfasamento parece constituir um eixo importante de reflexão intelectual e política sobre os prospectos do dividendo demográfico, tendo em conta a questão da ocupação profissional dos jovens em Moçambique.

REFERÊNCIAS

- Andreev, K., Kantorová V. & Bongaarts J. (2013). Demographic components of future population growth. *United Nations Population Division Technical Paper* N.º 2013/3. New York: United Nations.
- Arnaldo, C. (2013). Fecundidade em Moçambique nos últimos 50 anos: alguma mudança? In C. Arnaldo & B. M. Cau (eds.), *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde. pp. 37-60.
- Arnaldo, C. & Muanamoha, R. C. (2013). Tendências e desafios do crescimento da população em Moçambique. In C. Arnaldo & B. M. Cau (eds.), *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*. Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde. pp. 7-35.
- Arnaldo, C. et al. (2011). *Crescimento Populacional e Desenvolvimento Sócio-Económico em Moçambique*. Maputo: Centro de Análise de Políticas e Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane.
- Bloom, D. E. et al. (2007). *Realizing the Demographic Dividend: Is Africa any Different?*. Cambridge: Massachusetts, Harvard University. Program on the Global Demography of Aging, 2007 May.
- Bloom, D. E., Canning, D. & Sevilla, J. P. (2003). *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Disponível em: <http://www.rand.org> (consultado a 20 de Março de 2014).
- Bloom, D. E. et al. (2013). *A Demographic Dividend for Sub-Saharan Africa: Source, Magnitude, and Realization*. Institute for the Study of Labour (IZA). Discussion Paper, N.º 7855. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/90049> (consultado a 25 de Março de 2014).
- Bloom, D. E. & Williamson, J. G. (1998). Demographic transitions and economic miracles in emerging Asia. *The World Bank Economic Review*, 12 (3), 419-455.
- Bongaarts, J., Mir, A. M. & Mahmood, A. (2013). Policies for capturing the demographic dividend in Pakistan. In Z. A. Sathar, R. Royan & J. Bongaarts (eds.), *Capturing the Demographic Dividend in Pakistan*. New York: The Population Council, Inc. pp. 91-100.
- Choi, Y. (2013). Demographic transition in Sub-Saharan Africa: implications for demographic dividend. *Annual Meeting of the Population Association of America*. LA, New Orleans. April, 11-13.
- Cleland, J. (2012). *Will Africa Benefit from a Demographic Dividend*. Health & Education Advice e Resource Team. Disponível em: <http://www.heart-resources.org> (consultado a 7 de Julho de 2014).
- Cuaresma, J. C., Lutz, W. & Sanderson, W. (2014). Is the demographic dividend an education dividend? *Demography*, 51 (1), 299-315.

- Eastwood, R. & Lipton, M. (2011). Demographic transition in Sub-Saharan Africa: how big will the economic dividend be? *Population Studies*, 65 (1), 9-35.
- Francisco, A. (2011). A natureza incipiente da transição demográfica em Moçambique. *Revista de Estudos Demográficos*, 49 (1), 5-35.
- Gaspar, M. D. C. (2002). Population size, distribution, and mortality in Mozambique, 1960-1997. In A. Wils (ed.), *Population-Development-Environment in Mozambique: Background Readings*. Luxemburg: International Institute for Applied Systems Analysis. pp. 5-34
- Graff, M. & Bremner, J. (2014). *A Practical Guide to Population and Development*. Population Reference Bureau. Disponível em: <http://www.prg.org> (consultado a 8 de Agosto de 2014).
- INE (2000). *Panorama Sócio-Demográfico, 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2010). *Projeções Anuais da População Total, Rural e Urbana, 2007-2040*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013a). *Inquérito Contínuo aos Agregados Familiares. Primeiro Ciclo 2012/13. Relatório do Primeiro Trimestre*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2013b). *Panorama Sócio-Demográfico de Moçambique 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE & Misau (Ministério da Saúde) (2013). *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde, 2011*. Calverton: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Estatística e ICF International.
- Lee, R. D. & Mason, A. (2006). Back to basics: what is the demographic dividend? *Finance and Development*, 43 (3), 1-9.
- Mason, A. (2007). Demographic dividends: the past, the present, and the future. *Contributions to Economic Analysis*, 281, 75-98.
- Mkandawire, T. (2004). *Social Policy in a Development Context*. New York: Palgrave Macmillan.
- Olsen, A. S. W. (2012). *Demographic Window of Opportunity in Africa-and the Role of Migration*. Denmark, Copenhagen: Danish Institute for International Studies (DIIS). Disponível em: <http://www.diis.dk> (consultado a 30 de Julho de 2014).
- Pool, I. (2007). Demographic dividends. determinants of development or merely windows of opportunity. *Ageing Horizons*, 7, 28-35.
- Ross, J. (2004). *Understanding the demographic Dividend*. Futures Group, POLICY Project 8. Disponível em: <http://www.popline.org/node/240607> (consultado a 20 de Julho de 2014).
- Shapiro, D. & Gebreselassie, T. (2009). Fertility transition in Sub-Saharan Africa: falling and stalling. *African Population Studies*, 22 (2), 3-23.

United Nations (2013). *World Population Prospects: The 2012 Revision, CD-Rom Edition*. New York: United Nations Population Division. Disponível em:

<http://esa.un.org/undp/index.asp> (consultado a 8 de Abril de 2014).

Wazir, A., Goujon, A. & Lutz, W. (2013). Education and population: closely linked trajectories for Pakistan. In Z. A. Sathar, R. Royan & J. Bongaarts (eds.), *Capturing the Demographic Dividend in Pakistan*. New York: The Population Council, Inc., pp. 25-40